Exigências de prospecto e isenções

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Uma oferta de valores mobiliários ou de cotas de um esquema de investimento coletivo (CIS) a pessoas em Singapura deve ser feita com prospecto registrado pela MAS (Monetary Authority of Singapore), salvo se houver isenção aplicável.[1] O prospecto deve conter todas as informações de que os investidores e seus assessores profissionais razoavelmente necessitariam para fazer uma avaliação informada. Para produtos tokenizados, o Guia exige que o prospecto trate das características específicas da tokenização: o registro distribuído utilizado, a governança do smart contract, os arranjos de custódia e os riscos tecnológicos, cibernéticos e jurídicos.[2] A responsabilidade pelo prospecto nos termos da s. 253 do Securities and Futures Act (SFA) estende-se ao emissor, a seus administradores (directors) e às pessoas que fizeram a oferta, com consequências cíveis e penais por declarações falsas ou enganosas.

Quatro isenções sustentam, na prática, quase todas as ofertas de tokens. A isenção para pequenas ofertas da s. 272A permite ofertas que captem até S$ 5 milhões (ou o equivalente em moeda estrangeira) em qualquer período de doze meses, desde que a oferta seja pessoal e sejam observadas as restrições de publicidade. A isenção de colocação privada da s. 272B permite ofertas a no máximo cinquenta pessoas em qualquer período de doze meses. A isenção para investidores institucionais da s. 274

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

permite ofertas a investidores institucionais sem limite. A isenção para investidores credenciados da s. 275 permite ofertas a investidores credenciados e a determinadas outras pessoas, sujeitas a condições, incluindo restrições à revenda.[3] A oferta isenta não pode ser anunciada ao público. Isso significa que um emissor que se apoia em uma isenção não pode manter um site público de venda de tokens acessível a partir de Singapura sem bloqueio geográfico e avisos que a MAS aceite.

As regras de agregação de doze meses são uma armadilha para emissores que fazem várias rodadas. Duas ofertas com base na isenção para pequenas ofertas dentro de doze meses são agregadas. Uma oferta que leve o total acima de S$ 5 milhões perde a isenção quanto ao excedente. As ofertas com base na isenção de colocação privada são agregadas às demais colocações privadas do período, de modo que um emissor que vendeu a quarenta amigos e familiares não pode depois vender a vinte investidores-anjo com base na mesma isenção. As ofertas a investidores institucionais e credenciados não são computadas nos limites das pequenas ofertas ou da colocação privada. A estrutura usual de uma rodada de tokens é, portanto, vender a investidores credenciados e institucionais com base nas ss 274 e 275 e reservar a isenção para pequenas ofertas para uma rodada comunitária.

Nota prática

Antes de uma rodada de tokens, elabore um mapa de ofertas de uma página que liste cada venda planejada do token para os próximos doze meses, a isenção invocada para cada uma, o número máximo de pessoas e o valor máximo. Depois, verifique as regras de agregação em todo o mapa. Imagine um fundador que vende primeiro à comunidade com base na isenção para pequenas ofertas e, mais tarde, a investidores de venture capital com base na isenção para investidores credenciados. Se a rodada comunitária teve excesso de demanda, as isenções foram usadas na ordem errada, porque o excedente acima de S$ 5 milhões não pode ser salvo pela isenção posterior. O mapa também mostra se algum investidor está de fato em Singapura. Se nenhum estiver, as regras de oferta do SFA não se aplicam, embora a Parte 9 do FSMA possa se aplicar (ver Capítulo V).

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. SFA, ss 240 (valores mobiliários e derivativos referenciados em valores mobiliários) e 296 (cotas de um CIS), que exigem prospecto registrado para ofertas em Singapura. ↩
2. Rajah & Tann, 8 de dezembro de 2025 (acima): os prospectos de capital markets products tokenizados devem abranger as características e os riscos específicos da tokenização, como a DLT utilizada, a governança do smart contract, os arranjos de custódia e os riscos tecnológicos, cibernéticos e jurídicos. ↩
3. SFA, ss 272A (pequenas ofertas), 272B (colocação privada), 274 (investidores institucionais) e 275 (investidores credenciados e determinadas outras pessoas), com as disposições correspondentes para cotas de CIS nas ss 302B, 302C, 304 e 305. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.